

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Izabella Barcellos Faria

**A TRAJETÓRIA DAS MULHERES NA CIÊNCIA: AS CONSEQUÊNCIAS E OS DESAFIOS
DE PRODUZIR CONHECIMENTO EM UM MUNDO HISTORICAMENTE MASCULINO**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientadora: Profa. Dra. Célia Graça Arribas.

Juiz de Fora
2018

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, Izabella Barcellos Faria, acadêmica do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201672151A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **A TRAJETÓRIA DAS MULHERES NA CIÊNCIA: AS CONSEQUÊNCIAS E OS DESAFIOS DE PRODUZIR CONHECIMENTO EM UM MUNDO HISTORICAMENTE MASCULINO**, desenvolvido durante o período de 27/08/2018 a 28/11/2018 sob a orientação de Dra. Célia da Graça Aribas, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

Izabella Barcellos Faria

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

A TRAJETÓRIA DAS MULHERES NA CIÊNCIA: AS CONSEQUÊNCIAS E OS DESAFIOS DE PRODUZIR CONHECIMENTO EM UM MUNDO HISTORICAMENTE MASCULINO

Izabella Barcellos Faria¹

RESUMO

O trabalho apresenta reflexões iniciais sobre os desafios enfrentados pelas mulheres no campo profissional da ciência, historicamente marcado pela dominação masculina, apontando os motivos pelos quais, por vezes, há a desistência de seguir essa profissão. Ademais, demonstra como algumas normas da sociedade regem, também, o mundo da ciência e influenciam os comportamentos e as relações sociais de gênero. Realiza-se, ainda, uma análise sobre os desdobramentos e consequências da divisão sexual do trabalho no mundo da produção do conhecimento científico, apontando como alguns modelos dessa divisão se encaixam na vida das pesquisadoras e qual a sua posição mediante as configurações da sociedade industrializada e capitalista. Além disso, aponta dados estatísticos que demonstram a situação, os preconceitos, estereótipos e dificuldades de ascensão que as cientistas experienciam ao fazer ciência no Brasil. Dessa forma, utilizando de teorias de estudiosos sobre gênero e ciência, é possível perceber quais mudanças ocorreram ao longo do tempo e como elas afetam a produção do conhecimento atualmente.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres na ciência. Relações de gênero. Gênero e trabalho.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo explorar as dificuldades e a discriminação encontradas pelas mulheres ao fazer ciência no Brasil, demonstrando o que evoluiu e o que ainda há de mudar no campo científico, abordando a visão de várias áreas como, as ciências humanas, saúde e exatas. A presença das mulheres na ciência sempre existiu, entretanto a visibilidade em seus trabalhos é algo recente que o feminismo contemporâneo conquistou.

O processo de distanciamento das mulheres em relação à ciência começa na infância e no processo de socialização das meninas e dos meninos, quando as atividades destinadas às primeiras se referem ao âmbito privado, ao cuidado dos/as filhos/as e aos afazeres domésticos, e aos segundos se referem à esfera pública, ao mundo do trabalho profissional e à atuação política. Outra hipótese que pode justificar esse distanciamento são os comportamentos tolerados e esperados da mulher ao longo da vida, como a maternidade e a manutenção da família. A diferença entre os brinquedos foi algo que surgiu após os anos 1960 e vieram para reforçar o lugar já predestinado para a mulher na sociedade, reafirmando o projeto de dominação patriarcal.

Nesse contexto, o afastamento das carreiras científicas se dá por um viés da construção histórica e social, em que o processo de aprendizagem é diferente: - “os meninos aprendem a dominar e as meninas a integrar” (Carla Cabral, 2006). Por conseguinte, o conhecimento feito por homens seria mais objetivo e o feito pela mulher mais sentimental, emocional.

E as maneiras de socialização de meninos e meninas também terão impactos no campo da ciência. Dessa forma, as estudiosas de gênero e ciência Fabiane Ferreira da Silva e Paula Regina Costa Ribeiro expressaram onde é o lugar de pertencimento das mulheres:

“Atualmente, é possível perceber o número expressivo de mulheres em muitas universidades e instituições de pesquisa. Contudo, verifica-se que essa participação vem ocorrendo de modo dicotomizado, uma vez que as mulheres tendem a se concentrar em determinadas áreas, tais como: Psicologia, Linguística, Nutrição, Serviço Social, Fonoaudiologia, Economia Doméstica e Enfermagem, os chamados “guetos femininos” (FELÍCIO, 2010)”.

¹ Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: izabellabfaria@gmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientadora: Prof. Dra. Célia da Graça Arribas.

No pensamento base da sociedade ocidental, ainda consiste a imagem do cientista como um homem, branco, de idade, heterossexual e que dedica todo seu tempo para a ciência e, apesar de não ser longe da realidade, pois a ciência ainda é um mundo masculinizado, a imagem criada e imposta da mulher influencia como as próprias enxergam seu papel na vida e na sociedade. Por isso, a construção do conhecimento tem sido linear e “dura”.

Além disso, a ausência de reconhecimento das mulheres nas ciências mostra como a visão de neutralidade, objetividade e racionalidade da ciência ainda são características atribuídas aos homens e, por isso, os universos que possuem como foco a atenção e o cuidado são automaticamente redirecionados às cientistas.

As áreas da educação e da saúde são as principais áreas da ciência que possuem o maior número de estudiosas, o que demonstra o quanto essa ideia está enraizada desde a infância até o momento de escolher a sua profissão.

Dessa maneira, a educação foi a “escada” utilizada pelas mulheres para assegurar alguns dos direitos fundamentais de cidadãs o que, de acordo com Dilvo Ristoff foi um marco na história das mulheres:

“A trajetória da mulher brasileira nos últimos séculos é, para dizer pouco, extraordinária: de uma educação no lar e para o lar, no período colonial, para uma participação tímida nas escolas públicas mistas do século 19; depois, uma presença significativa na docência do ensino primário, seguida de uma presença hoje majoritária em todos os níveis de escolaridade, bem como de uma expressiva participação na docência da educação superior” (RISTOFF, 2006).

Assim, apesar da escolaridade não resolver por si só a problemática da desigualdade de gênero, “sem esse processo as desigualdades entre homens e mulheres tendem a se ampliar e a exclusão feminina a se naturalizar e se perpetuar [...]” (De Freitas, Da Luz, 2016).

Dessa forma, ainda que tenham titulações semelhantes e o mesmo nível educacional, as mulheres cientistas ainda possuem dificuldades de conquistar poder e cargos de prestígio quando comparadas aos homens, afetando diretamente suas carreiras e sua realização profissional. Nesse sentido, a Academia Brasileira de Ciências divulgou as mulheres equivalem à 14% de seus membros. Este dado demonstra que o preconceito de gênero na ciência é muito maior do que se imagina, se tornando o pontapé inicial para analisar as desigualdades entre homens e mulheres.

Diante de todas essas problemáticas, irei analisar o cenário das mulheres no campo científico perpassando outras obras e teorias sobre o assunto, mostrando algumas das dificuldades e consequências de fazer ciência em uma sociedade sexista, e irei visualizar alguns dados importantes para localizar essas mulheres.

2. DESENVOLVIMENTO EM DOIS TEMPOS

2.1. A divisão sexual do trabalho.

A construção da divisão sexual do trabalho é feita a partir das condições sociais em que os homens e as mulheres encontram-se na sociedade e, por isso, a desigualdade e relações de poder são observadas ainda nos dias atuais. Segundo Danièle Kergoat, no livro “Dicionário crítico do feminismo”:

“A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; esta forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc...)” (KERGOAT, 2000)

Dessa forma, a autora traz a ideia de que a divisão sexual do trabalho não pode ser separada das relações sociais de sexo/gênero, o que significa que este termo ainda carrega as características do tradicionalismo, devido à continuidade da inferioridade das mulheres nas funções produtivas. Portanto, ela separa em dois princípios: “o princípio de separação” (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o “princípio de hierarquização” (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher), sendo ambos responsáveis por organizar e sistematizar o papel da mulher e do homem no

mundo do trabalho. Ademais, foi após o crescimento do movimento feminista, nos anos 1970, que as ciências sociais passaram a estudar o trabalho profissional e o trabalho doméstico, ambos vistos como produtivos a partir dos conceitos de produtividade, qualificação, mobilidade social e competência.

Sabe-se, também, que só foi possível estudar a divisão sexual do trabalho quando a família como uma entidade tornou-se a base de um trabalho assalariado e retirou o homem como figura principal do trabalho produtivo. Toda essa mudança de poderes entre os gêneros na sociedade e na família foi denominada por Nancy Fraser como “processos de subordinação mediados pelo mercado”. Como uma forma de reforçar este pensamento, Helena Hirata (2015) exemplifica como o mercado de trabalho foi influenciado pelo mundo doméstico “as responsabilidades tradicionais das mulheres pela educação das crianças estruturam mercados de trabalho que são desvantajosos para as mulheres, resultando em um poder desigual no mercado econômico que, por sua vez, reforça e exacerba o poder desigual na família.”

Por conseguinte, em outro trabalho feito por Kergoat e Hirata, elas afirmam que essas desigualdades são estruturais e a sociedade cria um sistema de gênero a partir da classificação das atividades e dos sexos. Sendo assim, elas criam novas configurações da divisão sexual do trabalho e mostram que esta “molda e reforça as formas de trabalho e as formas estereotipadas das relações de sexo”. (KERGOAT, HIRATA; 2007).

A divisão sexual do trabalho e suas características não fogem ao mundo da ciência e tecnologia, sendo a dominação masculina quase como uma regra do jogo de quem se torna cientista. A posição das mulheres e dos homens na hierarquia da ciência se dá pelo valor dos projetos e pela posição de prestígio e poder, geralmente ocupada pela figura masculina.

Historicamente, o lugar produtivo das mulheres eram os trabalhos artesanais, de necessidades básicas e bem-estar, o que as colocou em uma posição não de produtoras de ciência e tecnologia, mas de consumidoras para “cuidar” de qualquer outro indivíduo, enquanto aos homens foram atribuídos trabalhos de construção ou fabricação de algo essencial para a humanidade. Nesse sentido, as mulheres se afastaram do papel de protagonistas e a dominação se manteve como característica fundamental das relações de trabalho.

Dentro da teoria sobre a divisão sexual do trabalho, há o chamado “modelo de delegação”. A emergência desse modelo se deve à polarização do emprego das mulheres e ao crescimento da categoria de profissões de nível superior e de executivas; elas têm ao mesmo tempo a necessidade e os meios de delegar a outras mulheres – no caso brasileiro, às mulheres pobres, negras e da periferia – as tarefas domésticas e familiares. O modelo da delegação, de resto, tornou-se possível graças ao aumento acelerado dos empregos em serviços nos países capitalistas ocidentais, tanto desenvolvidos como semi-industrializados e em vias de desenvolvimento, como o Brasil, que oferecem novas “soluções” para o antagonismo entre responsabilidades familiares e profissionais. Tais delegações são responsáveis por reforçar e maximizar as desigualdades entre as mulheres brancas e negras e de diferentes classes sociais. Assim, ao mesmo tempo em que surge uma reorganização do sistema familiar, se mantém o sistema de submissão das mulheres pobres e negras em relação àquelas que detêm o poder econômico – em sua maioria, brancas e de classe média.

Este “modelo de delegação” cresce e torna-se indispensável na medida em que a escolarização e profissionalização das mulheres avançam, e por não terem o tempo necessário para cuidar das tarefas domésticas, uma nova classe de trabalhadoras é criada. Existe, ainda, outro fator fundamental que possibilitou esse surgimento, o capitalismo. Foi este sistema que ofereceu às mulheres, com maior poder aquisitivo, a oportunidade de começar a produzir capital próprio e se desvincular da dependência econômica que havia com os pais ou maridos. Entretanto, a consequência do sistema capitalista não é só positiva, ao mesmo tempo em que houve aumento na independência social, cultural e econômica de algumas mulheres, houve o aumento também da precarização e pobreza de outras.

Em vista disso, essa nova divisão sexual do trabalho proporcionou a separação do trabalho profissional e trabalho doméstico, o que configura uma mudança em como a sociedade encara as mulheres contemporâneas. Porém, dentro dos ambientes de trabalho, as regras de superioridade e poder não mudaram, e homens e mulheres ainda não são iguais. A batalha para se chegar à equidade depende inteiramente da forma como as relações sociais de gênero são construídas. Para as cientistas, essas normas não mudam e as mesmas sofrem a discriminação dentro do mundo da ciência e reproduzem a desigualdade do trabalho doméstico.

Além disso, a divisão sexual do trabalho que tange as cientistas, também possui a sua base de construção nas mais tradicionais relações de gênero e se traduz de forma que é possível percebê-las em cada setor da ciência, como afirma Evelyn Fox Keller:

“[...] a gênese da divisão sexual e emocional do trabalho, tão conspicuamente dominante em minha própria geração, que rotulava mente, razão, e objetividade como “masculinas”, e coração (e corpo), sentimento e subjetividade como “femininos” e que, portanto, estão subjacentes à exclusão das mulheres do empreendimento científico.” (KELLER, 2006)

Dessa forma, vê-se que o estereótipo da mulher foi um importante fator que contribuiu para a sua exclusão das engenharias e ciências exatas, tidas como “duras”. Assim, o campo do conhecimento científico carrega consigo todas as configurações da divisão sexual do trabalho e mantém o rótulo que foi colocado às mulheres.

2.2 Os preconceitos de gênero no campo do conhecimento e suas consequências.

Apresentado como base o conceito de divisão sexual do trabalho, é possível entender também como essa mesma diferenciação ocorre dentro do campo científico e acadêmico, com outras situações que se relacionam entre si e determinam o papel da mulher cientista na sociedade brasileira. Assim, devido à construção que se fez de cada gênero, o controle da natureza e da tecnologia passa a ser um objeto de estudo majoritariamente masculino.

A imagem que se carrega da mulher ao fazer ciência gira em torno de uma questão que define toda a trajetória da cientista: para produzir conhecimento devem-se seguir as regras sem chance de margem de erro, seguindo desde o trabalho doméstico, passando pela maternidade e chegando finalmente na produção científica que não pode ter a sua produtividade afetada. Entretanto, mesmo quando a mulher ultrapassa todos esses percalços, se vê diante da realidade: o afastamento da mulher do mundo da ciência parece ser um projeto que vem sendo mantido desde o início da institucionalização da ciência.

Se observarmos uma das conferências mais famosas internacionalmente, a conferência de Solvay pode-se perceber que o caminho para a igualdade de gênero está longe de se realizar. Em 1927, a cara da ciência era branca, ocidental e masculina, com a presença de uma mulher que ultrapassou todos os obstáculos, Marie Curie. Em 2011, essa mesma reunião aconteceu e, com o dobro de pessoas, só havia duas mulheres, o que mostra que o mundo da construção de conhecimento não mudou, pois faltam planos para modificar o cenário das mulheres que se dedicam à ciência.

Dito isto, nos deparamos com a conceitualização de “teto de vidro”, que significa os obstáculos encontrados pelas mulheres que estão em busca de ascensão em suas carreiras profissionais e que comprometem e dificultam, também, alcançar os maiores prestígios na ciência. Dessa maneira, Ferreira da Silva e Costa Ribeiro afirmam que mesmo que o número de mulheres nas universidades sejam maiores ou iguais, “a hierarquia acadêmica vai estar ocupada, sobretudo, por homens, independentemente da área do conhecimento.” (DA SILVA; RIBEIRO, 2014).

Além desta concepção, há outras duas noções que também revelam este fenômeno na caminhada pela carreira científica, são elas: “o labirinto de cristal” que configura todos os obstáculos percorridos pelas mulheres que se dedicam à ciência, nos quais causam atrasos ou levam à desistência dessa escolha profissional; e o “efeito Matilda”, criado por Matilda Cage, que denuncia a invisibilidade das pesquisas feitas por mulheres que levam o nome de pesquisadores homens.

Ao longo dos anos, o número de mulheres que buscam educação formal aumentou bastante e, atualmente, elas representam uma maioria significativa nas universidades, sejam na graduação ou na pós-graduação. Os caminhos percorridos por homens e mulheres para chegar à ciência podem ser o mesmo, porém os dados mostram que as mulheres não chegam aos cargos de alto escalão na mesma proporção que os homens, reafirmando a estrutura de dominação masculina que configura a sociedade brasileira.

Segundo dados do CNPq, INEP e *Parent in Science* entre os anos 2013 e 2017, disponibilizados para o site “Gênero e número”², na graduação as mulheres representam 57% dos estudantes e os homens representam 43%; no mestrado, as mulheres são 52% e os homens são 48%; e no doutorado a divisão é de 50% cada. Ao analisar os dados de docência nas universidades e bolsa de produtividade, esse cenário muda e os homens correspondem a 46% e as mulheres a 36%.

Quando pegamos para analisar por área de conhecimento, essa diferenciação fica ainda mais nítida, reforçando os estereótipos das mulheres e todas as escolhas que a sociedade faz por ela. Em áreas que configuram a ideia de cuidado e zelo, como saúde (enfermagem, fonoaudiologia, nutrição, fisioterapia), educação e ciências humanas, o número de mulheres é sempre maior. Na pós-graduação, por exemplo, o número de mulheres mestrandas e doutorandas na área de saúde é de 7.723, enquanto os homens são 3.096; nas ciências humanas as mulheres são 10.189 e os homens são 8.076. Já nas áreas ditas “duras” – nome sintomático para se referir às exatas (engenharias, matemática, física, estatística, economia), predominantemente masculinas –, a figura feminina beira a escassez e a representação masculina se sobressai. Nas ciências exatas e da terra, são 7.895 pós-graduandas contra 16.313 pós-graduandos; nas engenharias as mulheres são 8.733 e os homens são 13.043.

Apesar do grande buraco que separa a representação da mulher em cada área da ciência e das mulheres serem uma maioria considerável nas escadas que levam à elevação da carreira científica, elas não chegam às categorias mais altas de pesquisa.

De acordo com o CNPq, as bolsas de produtividade em pesquisa da área de saúde são de 4.686 para as mulheres e 4.493 para os homens; da área de exatas as mulheres recebem 3.638 e os homens 14.325; em ciências humanas, as mulheres equivalem à 4.854 e os homens 4.828.

Nas categorias mais altas de pesquisa, a 1A e Sênior, os homens representam 75% das bolsas, o que ilustra o fenômeno “teto de vidro” citado. Dessa forma, a pergunta que vem em mente é onde estão estas mulheres, que eram maioria nas salas de aulas e desaparecem nos postos de liderança.

Alguns desses números são sintomáticos e demonstram, segundo Lourdes Bandeira, “a escassa presença ainda hoje de pesquisadoras, sobretudo nas áreas das Ciências Exatas, o que caracteriza como as atividades da

“pesquisa científica, ainda, estão configuradas primordialmente por relações sociais e por marcas culturais sexistas” (BANDEIRA, 2008, p. 208).

Estes dados não são apenas estatísticas isoladas, eles são oriundos de um sistema que legitima a desigualdade de gênero dentro das próprias descobertas da ciência, que negativiza e inferioriza a imagem da mulher, devido ao fato de que são reflexos da construção social do masculino e feminino na sociedade. Por consequência, os desafios que consistem no abandono da carreira ou na não ascensão profissional são muitos, podendo destacar aqui a violência de gênero e a maternidade compulsória. Assim, não há maneiras de falar sobre as problemáticas de gênero sem passar pelo conceito de meritocracia, já que é uma das mais usadas justificativas para falar sobre a falta de representatividade das mulheres na ciência e utilizar este argumento é ignorar toda a luta das mulheres para serem vistas e terem voz.

A violência sofrida pelas mulheres é algo que assombra e marca durante toda a vida e pode ser vista como um dos motivos pelos quais a participação das mulheres diminui desde a graduação até a chegarem ao papel de docentes e pesquisadoras. Apesar de impactar diretamente na carreira profissional, a violência nas universidades não é um assunto tratado com frequência pelos estudiosos e os poucos resultados de pesquisas já mostram que as consequências podem ser determinantes na vida de várias mulheres. Antes de analisar cada caso, é preciso nomear essas violências, é preciso apontar que hostilizar as mulheres, objetificar ou excluir são as formas mais comuns e configuram como assédio no âmbito universitário.

Neste sentido, a estrutura patriarcal em que a ciência está inserida é o maior motivo pelo qual ela carrega consigo estas marcas. Para exemplificar, a frase típica “atrás de um grande homem, existe uma grande mulher” sustenta a teoria do “efeito Matilda” de forma que os feitos femininos perdem todo o seu crédito e os homens são exaltados por algo que não foi criado por eles. Utilizar de frases como esta, rebaixar uma mulher, desconfiar que a mesma seja capaz de criar algo extraordinário ou excluí-la de

² In: <http://www.generonumero.media/infografico-os-caminhos-de-mulheres-e-homens-na-ciencia-brasileira/> . Acessado em: 23/11/2018.

projetos e laboratórios são segregações tão intrínsecas ao mundo da ciência que podem ser reproduzidos pelas cientistas por não perceberem que este discurso às oprime.

Além do assédio verbal e moral, o sexual também é enfrentado e a insegurança acompanha as mulheres durante toda a trajetória acadêmica. Em uma pesquisa realizada, em 2018, na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) denominada “Entre salas, corredores e laboratórios: violências contra mulher no meio universitário segundo a percepção dos estudantes da UFJF”, que visa explorar as diversas formas de violência e como os alunos a enxergam, foram constatados que dentre os 633 estudantes ouvidos, 23% já relataram algum caso de assédio na instituição e 57,1% das mulheres entrevistadas consideram o gabinete do professor um lugar inseguro. Esta realidade atinge quase todas as estudantes universitárias, sejam elas de graduação ou pós-graduação e o medo acompanha essas mulheres durante toda a caminhada acadêmica por que sabemos que por diversos motivos muitas mulheres não formalizam denúncias pelo medo de represálias e do comprometimento não só de suas carreiras e vidas acadêmicas, como também de seus empregos. Ocorre que a ausência da formalização da denúncia e, conseqüentemente, da apuração dos fatos, acaba gerando um ciclo de impunidade que se perpetua fazendo novas vítimas. Existe ainda outro medo por parte das vítimas: serem duplamente violentadas. A primeira violência vem do assédio a que foram submetidas e a segunda pela descrença e desconfiança em relação ao conteúdo de suas denúncias – procedimento, infelizmente, recorrente nessas situações, que acaba por intimidar as vítimas e fazer com que um possível processo de apuração das denúncias não tenha continuidade. É importante ressaltar que o assédio sexual e moral podem destruir carreiras profissionais, provocar sérios danos à autoconfiança, enfraquecer a saúde física e mental, além de diminuir a capacidade de trabalho. As mulheres, enquanto maiores vítimas do assédio ficam suscetíveis a esse cenário de desgaste psicológico em suas trajetórias acadêmicas. O medo do assédio propriamente dito, medo das represálias devido aos processos de denúncias e o desamparo institucional, certamente influenciam em suas vidas universitárias, acadêmicas e profissionais, fazendo com que muitas alunas desistam da universidade, comprometendo a sua autonomia, a sua independência e a sua realização profissional.

Vera Siqueira e Glória Rocha trazem outra perspectiva sobre o silêncio das mulheres e apontam “que as identidades se definem através de um processo de produção da diferença, com base no que se considera inferior” (SIQUEIRA; ROCHA, 2007) e “reagir, provavelmente, implicaria até certo ponto em afetar a “feminilidade”, haja vista que a construção do corpo da mulher em nossa sociedade é estreitamente relacionada à exibição do corpo e à ostentação da sexualidade para apreciação do homem.” (SIQUEIRA; ROCHA, 2007).

Como tentativa de diminuir e denunciar as violências contra a mulher, o projeto “Meninas na Ciência” da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), criou uma campanha intitulada #EsseéMeuProfessor e #EsseéMeuColega que através de frases coletadas, se denuncia o assédio dos professores com alunas de graduação e pós-graduação. A campanha tem ainda o apoio da ouvidoria da universidade para apoiar essas mulheres. Na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) também foi criada uma ouvidoria especializada para cuidar de casos de abuso e assédio dentro do campus universitário.

Para além da violência, existe outro fator que acompanha a trajetória das mulheres e dificulta ainda mais a sua ascensão, a maternidade. Como quase uma obrigação, a criação e manutenção da família é algo que persegue as cientistas que desejam ter filhos/as e ainda assim continuar crescendo profissionalmente. O envelhecimento é uma preocupação constante dessas mulheres, pois se dedicar à carreira científica significa, também, doar um tempo considerável e muito maior do que aquelas pessoas que vão para o mercado de trabalho.

Pela ciência ser medida por produtividade, se equiparando ao mercado privado no quesito competitividade, a maternidade passa a ser um obstáculo a mais para ser transpassado para que a mulher consiga se afirmar como pesquisadora prestigiada. Dessa maneira, a produtividade impacta diretamente nos cargos de cientistas e, quando a mesma cai, naturalmente, quando a mulher têm filhos/as, há o rebaixamento de cargos ou o corte e dificuldade de recebimento de bolsas para fazer pesquisa. Talvez a ciência esteja dizendo às mulheres algo que as mesmas escutam da sociedade caso não tenham filhos, já que ela não é mais produtiva, ela não mais lhe serve.

Foi somente em 2017, com a sanção da Lei 13.536/2017, que as mulheres bolsistas de pesquisas (mestrado e doutorado) conquistaram o direito de licença à maternidade com 120 dias de suspensão das atividades acadêmicas. Por esta razão, as mulheres continuam na luta e entraram com o um pedido ao

CNPq para incluir o período de licença-maternidade na plataforma Lattes, como uma tentativa de diminuir a desigualdade que há quando precisam competir por uma bolsa de produtividade. Entretanto, somente a licença não é capaz de resolver o problema por si só e é preciso pensar em medidas específicas voltadas para a política de igualdade de gênero.

Em vista disso, as mulheres ao caminharem em direção à ciência se chocam com estes e mais outros vários desafios que levam as mesmas à duvidarem de sua competência e, por viverem em uma sociedade machista, cortar todos os estereótipos que construíram em torno do que é “ser mulher” e “ser cientista” talvez seja o maior desafio de todos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O feminismo foi o principal movimento que ousou olhar diferente para as ciências e criticar a forma como as coisas estavam sendo feitas e como o conhecimento estava sendo construído. Sendo assim, o surgimento de uma ciência feminista, que não só inclui as mulheres como pesquisadoras, mas também estuda os comportamentos de uma sociedade extremamente patriarcal e as consequências disso para todas as esferas da mesma, se deve aos movimentos sociais e políticos, que começaram a movimentar e modificar a maneira como o papel da mulher se dava. Com isso, o significado de “gênero” foi totalmente transformado e a ideia de superioridade biológica de um sexo sobre o outro foi desfeita, porém mantendo todos os preconceitos que essa teoria trouxera.

Apesar do avanço, este trabalho mostrou que ainda há um caminho a percorrer para chegar a uma equidade de gênero, não só na ciência, mas em todas as esferas sociais, políticas e econômicas que regem a sociedade. Mostra-se, aqui, que apesar do número de graduandas, mestrandas e doutorandas ser maior, quando trata-se dos cargos de poder as mulheres não são maioria e perdem sua representatividade. Além disso, pelo número de mulheres serem maiores nas áreas de saúde, biológicas e humanas, que são regidas pela ideia de cuidado, demonstra que a imagem que se tem das mulheres desde sempre continua a reger o campo científico.

O maior desafio das mulheres é acabar com a estrutura de dominação, exclusão e opressão em que estão inseridas e modificar o pensamento de que a ciência objetiva, “neutra” é exclusiva aos homens, pois as mulheres seriam muito emotivas e pouco racionais. Ademais, modificar uma cultura que apagou e silenciou os conhecimentos não brancos, não masculinos e não mercantilistas parece quase impossível se visualizarmos o contexto em que estamos inseridos. Por esta razão, a crítica à ciência engloba uma crítica ao patriarcado, às relações sociais de gênero, à hierarquização social, à divisão sexual do trabalho e à violência contra as mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alice Rangel de Paiva et al. **Presença Feminina em Ciência e Tecnologia no Brasil**. In: Abreu, Alice Rangel de Paiva et al. **Gênero e trabalho no Brasil e na França**. São Paulo: Boitempo. 2016.

AGUIAR, Neuma. **Gênero e Ciências Humanas: desafios às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos. 1997.

AGÊNCIA SENADO. **Sancionada lei que dá direito a afastamento por maternidade para bolsistas de pesquisa**. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/12/18/sancionada-lei-que-de-afastamento-por-maternidade-para-bolsistas-de-pesquisa> >. Acesso em: 25/11/2018.

ASSIS, Carolina de; Datadot. **Infográfico: Os caminhos de mulheres e homens na ciência brasileira**. Fonte: CNPq, INEP e Parent in Science. Disponível em: < <http://www.generonumero.media/infografico-os-caminhos-de-mulheres-e-homens-na-ciencia-brasileira/> >. Acesso em: 23/11/2018.

ASSIS, Carolina de. **Gráfico: Gênero e raça na ciência brasileira**. Fonte: CNPq. Disponível em: < <http://www.generonumero.media/grafico-genero-e-raca-na-ciencia-brasileira/> >. Acesso: 23/11/2018.

BANDEIRA, Lourdes. **A contribuição da crítica feminista á ciência.** Estudos Feministas, Florianópolis, 16(1): 288, janeiro-abril/2008.

CABRAL, Carla Giovanna. **Pelas telas, pela janela: o conhecimento dialogicamente situado.** Cadernos pagu (27) Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2017

COSTA, Ana Alice Alcântara; SADENBERG, Cecília Maria Bacellar. (Org). **Feminismo, Ciência e Tecnologia.** Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002.320p. - (Coleção Bahianas; 8).

COSTA, Maria Conceição da. **Ainda somos poucas: exclusão e invisibilidade na ciência.** Cadernos Pagu (27) Campinas-SP, julho-dezembro de 2006, p.455-459.

DANTAS, CAROLINA. **Cientistas mulheres pedem inclusão de período de licença-maternidade no currículo Lattes.** Disponível em:< <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2018/11/13/cientistas-mulheres-pedem-inclusao-de-periodo-de-licenca-maternidade-no-curriculo-lattes.ghtml>>. Acesso em: 25/11/2018.

FREITAS, Lucas Bueno de; LUZ, Nanci Stancki da. **Gênero, Ciência e Tecnologia: estado da arte a partir de periódicos de gênero.** Cadernos pagu (49) Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2006, p. 63-97.

GROSSI, Márcia Gorett Ribeiro; BORJA, Shirley Doweslei Bernardes; LOPES, Aline Moraes; ANDALÉCIO, Aleixina Maria Lopes. **As mulheres praticando ciência no Brasil.** Estudos Feministas, Florianópolis, 24(1): 406, janeiro-abril/2016.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho.** Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

_____. **Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa.** Friedrich Ebert Stiftung (FES) Brasil. São Paulo. 2015. Disponível em:< <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12133.pdf>>. Acesso em: 05. Set. 2018.

KELLER, Evelyn Fox. **Qual foi o impacto do feminismo na ciência?** Cadernos pagu (27) Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2006, p. 13-34.

KERGOAT, Danièle. **Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo.** In: HIRATA, Helena et al (Org). **Dictionnaire critique du féminisme.** Ed. Presses Universitaires de France; Paris: nov/2000.

LOMBARDI, Maria Rosa; GONZALEZ, Débora de Fina. **Engenharia e gênero: As mutações do último decênio no Brasil.** In: Abreu, Alice Rangel de Paiva et al. **Gênero e trabalho no Brasil e na França.** São Paulo: Boitempo. 2016.

LOPES, Maria Margareth; SOUSA, Lia Gomes Pinto de; SOMBRIO, Mariana Moraes de Oliveira. **A construção da invisibilidade das mulheres na ciência: a exemplaridade de Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976).** Revista Gênero. Niterói, v.5, n.1, p. 97-109, 2. sem. 2004.

MELO, Hildete Pereira de; OLIVEIRA, André Barbosa de. **A produção científica brasileira no feminino.** Cadernos pagu (27) Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2006, p. 301-331.

_____; LASTRES, Helena Maria Martins; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **Gênero no Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.** Revista Gênero Niterói, v.1/2004.

RISTOFF, Dilvo et al. (Orgs.) **A mulher na educação superior brasileira: 1991 - 2005.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2007.

. SIQUEIRA, Vera Helena Ferraz de; ROCHA, Glória Walkyria de Fátima. **A construção de diferenças de gênero entre estudantes de medicina.** Cadernos pagu (30) Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, janeiro-junho de 2008, p. 231-268.

SILVA, Fabiane Ferreira da; RIBEIRO, Paula Regina Costa. **Trajetórias de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher”.** Ciênc. Educ., Bauru, v. 20, n. 2, p. 449-466, 2014.